

# Sarney critica a Constituição

BRASÍLIA — O projeto de Constituição aprovado em primeiro turno ainda é, para o presidente José Sarney, uma colcha de retalhos. Ao contrário do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para quem o texto será "a Constituição dos miseráveis", Sarney acha que houve avanços em alguns pontos. Em outros, porém, foi dado um passo atrás.

Ao fazer uma leitura crítica do documento que lhe foi entregue no domingo por Ulysses, o presidente da República apontou a falta de um requisito importante: unidade. Sarney entende por Constituição um código linear, que não reflita interesses políticos e econômicos circunstanciais. Exemplo de distorção, a seu ver, é o tabelamento dos juros em 12%, matéria que deveria ser regulada pelos dispositivos existentes na área econômica do governo e não pela Constituição.

O presidente não chega a estar decepcionado com a Constituinte, mas prevê que seus integrantes terão de fazer um esforço muito grande para entregar ao País um texto enxuto, como a sociedade espera. Ainda a bordo do avião que o trouxe de volta ao Brasil, ele olhou para o lado e sorriu quando soube que Ulysses considerou o projeto aprovado a salvação de todos os problemas enfrentados pelo País.

Para o segundo turno da vota-



ção, Sarney confia na vitória das emendas de sua equipe de auxiliares diretos — comandada pelo ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos. As propostas começaram a ser elaboradas no momento em que o governo foi surpreendido por algu-

mas decisões dos constituintes. Se a iniciativa não obtiver êxito, o presidente lembra que a própria Constituição, em um de seus artigos, prevê a possibilidade de revisão depois de cinco anos de sua promulgação. Ao regressar da China, Sarney foi direto: da forma como está elaborado o texto consti-

tucional, ele só vê motivos para se preocupar.

## EMENDAS

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, recusou-se ontem a divulgar o teor das emendas formuladas pelo governo para o segundo turno de votação da Constituinte. Mais reservado do que o líder Carlos Sant'Anna, ele disse apenas que "a preocupação do governo é de que não passem dispositivos que ponham em risco a governabilidade do País".

A estratégia montada pelo Palácio do Planalto para conseguir as modificações que deseja também continua sob sigilo. Formalmente, Carlos Henrique comentou que o governo espera ver transformados em emendas todos os subsídios entregues à classe política, resultado de levantamentos realizados por diferentes ministérios sob a coordenação do Gabinete Civil e da Consultoria Geral da República.

"O governo vai jogar com a força da convicção", disse o porta-voz, negando a possibilidade de o Planalto recorrer a táticas mais duras para conseguir a aprovação de suas emendas. Segundo ele, serão usados apenas os "instrumentos democráticos, como a persuasão e o oferecimento de boas razões".

## Aureliano vê muitas qualidades no texto

BRASÍLIA — Se for candidato à Presidência da República, o ministro Aureliano Chaves não baseará sua campanha em críticas à nova Constituição. Ele acha que no texto predominam aspectos positivos e que o nacionalismo da Constituinte não vai atrapalhar o desenvolvimento do País. Trata-se, segundo o ministro, de um nacionalismo verde-amarelo que não deve ser confundido com xenofobia.

Aureliano conversou ontem com o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, e reconheceu que a campanha presidencial já está em andamento mas considera prudente aguardar a melhor definição do quadro de candidatos. Lembrou que a eleição será em novembro de 89 e que o PMDB, o maior partido do País, ainda não tem candidato escolhido e que isso será fundamental para o lançamento das demais candidaturas. O ex-governador Leonel Brizola, de acordo com o ministro, pode estar em campanha porque ele é o próprio PDT e não tem problemas internos como os outros candidatos.

Ao deputado José Lourenço, Aureliano afirmou que só sairá candidato a presidente da Repu-

blica se o PFL estiver unido e decidir que ele é o melhor nome para a disputa. "Não serei candidato de um partido dividido", ressaltou, afirmando ainda que não pretende deixar o Ministério das Minas e Energia com a promulgação da nova Constituição. Ele quer inaugurar a hidrelétrica de Itaparica e a segunda linha de corrente alternada de Itaipu, o que o forçará a permanecer no cargo no mínimo até o final de setembro.

Entre os aurelianistas, cresce a convicção de que o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, não será candidato à Presidência por motivos de saúde. Eles entendem que, sem Jânio no páreo, será fortalecida a candidatura de Aureliano. No PMDB, o grupo trabalha com a hipótese de três candidaturas: a do deputado Ulysses Guimarães — que o ministro considera a mais provável — e a dos governadores Orestes Quércia e Newton Cardoso. Este último, se partir realmente para a disputa, obrigará Aureliano a rever seus planos. Para João Alves, ministro do Interior, a única forma de salvar o PFL é Aureliano aceitar ter sua candidatura lançada imediatamente.

## Gasparian garante que 12% vão passar

RIO — A emenda que limita os juros bancários a 12% ao ano deverá ganhar mais adeptos na segunda etapa da Constituinte, apesar do forte lobby para derrubá-la. Quem garante isso é o seu autor, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que revelou o nome de um dos que passarão a tomar partido pelos 12%: o deputado Alcenir Guerra, presidente do PFL do Paraná. Essa posição foi revelada ontem por Gasparian, durante um debate no Conselho Regional de Economia do Rio sobre "A taxa de juros e a ótica da Constituinte". O deputado trocou palavras áspers com André Lara Rezende, um dos pais do Cruzado, que chamou a emenda de "amontoado de ignorância".

Para Gasparian, economistas como Lara Rezende apresentaram "uma falsa erudição", insistindo em regras que não dão certo. Ao fazer um balanço dos pontos favoráveis à manutenção da emenda, Gasparian lembrou que vai ser muito difícil aos adversários da medida conseguir os 280 votos necessários à sua retirada. "O Banco Central tem posições autoritárias, pensando que ainda estamos na ditadura. Se consideram a emenda

inócua, afirmando que ela vai ser desrespeitada, a obrigação dos diretores do Banco Central é estudar formas de aplicá-la", defendeu-se o deputado. E completou: "Os tecnocratas acusam o Congresso de populista quando ele legisla sobre o assunto, mas não gostam de ser acusados de favorecimento quando baixam decretos-leis beneficiando os bancos".

Alvo principal das críticas de Gasparian, como ex-diretor da dívida pública do BC, e hoje na iniciativa privada, como diretor do Banco Garantia, André Lara Rezende não teve argumentos mais fortes que os de Gasparian, e acabou pedindo desculpas pelos adjetivos disparados contra os constituintes. Ele havia dito que "a Constituinte está rodeada por um bestialógico impressionante", e que o tabelamento dos juros será ineficaz e inócua, já que vai "incentivar as burrias, através de taxas e serviços paralelos". Na sua opinião, é o próprio governo que eleva a taxa ao entrar no mercado para financiar o déficit público. E a única saída seria exatamente combater "rigidamente" esse déficit.

## Banqueiro diz temer apoio a "aberrações"

RIO — O vice-presidente do Bank of America no Cone Sul, Joel Korn, está preocupado com a votação do segundo turno na Constituinte, que pode aprovar, segundo ele, "algumas aberrações". A limitação das taxas de juros e a anistia das dívidas de pequenos empresários são dois exemplos de "aberrações" apontadas por Joel Korn. "São posições contrárias à economia de mercado", afirma.

A demora da Constituinte em terminar os trabalhos também foi criticada por Korn. "Ela perdeu o tempo", resume, com uma explicação: é o preço de uma dívida política de 20 anos. Sua preocupação com as decisões da Constituinte é motivada pela repercussão que elas provocam no mercado financeiro internacional num momento delicado de negociação. As eleições presidenciais de 1989, o confuso quadro partidário e as elevadas taxas inflacionárias provocam incerteza e expectativa no Exterior que comprometem o fluxo de capital estrangeiro, concluiu.

## Centrão explica suas emendas a empresários

RIO — O deputado Ricardo Flúza (PFL-PE) apresentou ontem a empresários cariocas, em almoço realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, os principais objetivos do Centrão para o segundo turno de votações da Constituinte: restringir o direito à greve, eliminar o voto a partir dos 16 anos, a proibição a empresas de capital estrangeiro de explorarem o subsolo do País e a jornada de trabalho de seis horas diárias.

Nun ambiente em que encontrou grande receptividade, Flúza defendeu as emendas do Centrão. No seu entender, "se o direito à greve for aprovado como está, os resultados serão trágicos para o Brasil". O parlamentar quer que a Constituição não especifique em que casos a greve será ou não permitida, deixando as limitações para a legislação ordinária, já que, pelo regulamento, só podem ser apresentadas emendas supressivas.



Sant'Anna: agonia é apresentar, não negociar emendas

## Governo quer mudar 10 pontos polêmicos

O governo vai tentar manter mobilizados os ministros, os governadores aliados e suas lideranças na Constituinte para derrubar, no segundo turno de votações, o que considera "distorções" no projeto de Constituição incompatíveis com a realidade nacional. O governo já apontou dez questões polêmicas — ou "pontos básicos" — que servirão à negociação, sem a qual será "praticamente impossível", segundo o líder Carlos Sant'Anna, alterar ou suprimir qualquer artigo. Entre essas questões estão o estabelecimento de um teto para os juros bancários (12%), a anistia às pequenas empresas e propriedades rurais, a licença-paternidade de oito dias e a preferência às empresas brasileiras de capital nacional nas vendas ao governo, como admitiram vários líderes ontem, último dia para a apresentação de emendas ao texto constitucional.

Os líderes do governo sabem, contudo, que não será fácil obter os 280 votos necessários para qualquer alteração ou supressão total ser aprovada. Sua expectativa é de que haverá grande número de ausentes em plenário — não só os que estarão trabalhando na campanha eleitoral como também os que receiam alterar sua posição no segundo turno de votações. Muito próximo do governo federal, o governador de Minas, Newton Cardoso, acredita que o Palácio do Planalto não conseguirá repetir a mobilização obtida por causa da votação do mandato do presidente Sarney. Um dos principais articuladores do governo, o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, também acha "muito difícil" chegar aos 280 votos.

Até as 22 horas de ontem haviam sido apresentadas 1.420 emendas — 73 delas são do governo. As lideranças partidárias passaram o dia todo tentando selecioná-las, com o objetivo de cobrir todos os espaços possíveis, abrangendo os artigos considerados im-

portantes no processo de negociação, antes da votação, no dia 25.

"A minha agonia hoje não é negociar, é apresentar emendas", desabafou Carlos Sant'Anna, líder governista na Câmara, confessando que deixou um de seus assessores acompanhando a entrega de emendas para preservar seus liderados de apresentá-las.

Para o governo é interessante não divulgar quais são as emendas de sua autoria, pois isso seria "o suficiente para que a esquerda radical ou a oposição sistemática se pusesse contra a questão, ainda que seja de total interesse público". Esse argumento foi usado por um dos auxiliares mais próximos do presidente Sarney, e justifica o cuidado do líder Sant'Anna em não expor seus parlamentares.

## SEM SOLUÇÃO

A primeira reunião de líderes teve início logo depois das 9 horas, entre o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, e o do PFL, deputado José Lourenço. Cada um expôs o que pretende suprimir do texto aprovado em primeiro turno. Acabado o encontro, nenhuma solução. A disposição deles, como dos demais líderes, é só negociar mais adiante, "para evitar arrependimentos", segundo Jobim.

Depois o líder peemedebista se reuniu com os líderes da esquerda e ouviu de cada um sua posição. Os esquerdistas já se haviam reunido antes, para ter uma estratégia comum na entrega das emendas, que seriam apresentadas em bloco, visando prioritariamente à reforma agrária.

Os ministérios militares também se movimentaram na apresentação de emendas. As de teor político ou econômico foram feitas só pelo Exército. O general Leônidas Pires Gonçalves revelou que um dos objetivos de sua Pasta é derrubar o turno de seis horas, por achá-lo prejudicial à indústria siderúrgica.



Aureliano ainda espera definição do quadro sucessório